

Paciência

1 Ah! Se vendessem paciência nas farmácias e supermercados... Muita gente iria
2 gastar boa parte do salário nessa mercadoria tão rara hoje em dia.
3 Por muito pouco a madame que parece uma “lady” solta palavrões e berros que
4 lembram as antigas “trabalhadoras do cais”, e o bem comportado executivo... “o
5 cavalheiro” se transforma numa “besta selvagem” no trânsito que ele mesmo ajuda a
6 tumultuar!
7 Os filhos atrapalham, os idosos incomodam, a voz da vizinha é um tormento, o
8 jeito do chefe é demais para sua cabeça, a esposa virou uma chata, o marido uma
9 “mala sem alça”. Aquela velha amiga uma “alça sem mala”, o emprego uma tortura, a
10 escola uma chatice.
11 O cinema se arrasta, o teatro nem pensar, até o passeio virou novela. Outro dia, vi
12 um jovem reclamando que o banco dele pela internet estava demorando a dar o saldo,
13 eu me lembrei da fila dos bancos e balancei a cabeça, inconformado... Vi uma moça
14 abrindo um e-mail com um texto maravilhoso do Jabor, e ela deletou sem sequer ler o
15 título, dizendo que era longo demais.
16 Pobres de nós, meninos e meninas sem paciência, sem tempo para a vida, sem
17 tempo para Deus. A paciência está em falta no mercado, e, pelo jeito, a paciência
18 sintética dos calmantes está cada vez mais em alta. Pergunte para alguém, que você
19 saiba que é “ansioso demais” - onde ele quer chegar? Qual é a finalidade de sua vida?
20 Surpreenda-se com a falta de metas, com o vago de sua resposta.
21 E você? Onde você quer chegar? Está correndo tanto para que? Por quem? Seu
22 coração vai agüentar? Se você morrer hoje de infarto agudo do miocárdio o mundo
23 vai parar? A empresa que você trabalha vai acabar? As pessoas que você ama vão
24 parar? Será que você conseguiu ler até aqui?
25 Respire... Acalme-se... O mundo está apenas na sua primeira volta e, com certeza,
26 no final do dia vai completar o seu giro ao redor do sol, com ou sem a sua paciência...

Arnaldo Jabor

1) Após a leitura, pode-se afirmar que:

- (A) não há identificação precisa do tema do texto.
- (B) o título e o primeiro parágrafo dão ao leitor claros indicadores do tema do texto.
- (C) a opinião do autor está ausente do texto.
- (D) o autor desenvolve o tema de forma tão subjetiva que os leitores não conseguem identificar a tese do texto.
- (E) a objetividade e a simplicidade de linguagem prejudicam a qualidade estilística do texto.

2) Para que o texto fique gramaticalmente correto, são necessárias algumas modificações.

- I - Acréscimo de vírgulas após *amiga*, *emprego* e *escola*, linhas 9 e 10, e a substituição das vírgulas já existentes por ponto-e-vírgula.
- II - A substituição de *onde* por *aonde* nas linhas 19 e 21.
- III - A colocação de acento circunflexo na palavra *que*, linha 21.
- IV - Acréscimo de vírgula depois de *miocárdio*, linha 22.
- V - Substituição de *que*, linha 3, segunda ocorrência, por *os quais*.

Quais modificações são necessárias?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II, III, V.
- (C) Apenas I, II, III e IV.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) Apenas I, IV e V.

3) Considere os períodos:

- I - As pessoas _____ o autor se refere estão nas ruas.
- II - A paciência _____ dispomos para enfrentar os problemas prosaicos é pouca.
- III - O banco _____ eficiência duvidávamos aprimorou seus serviços.
- IV - Os objetivos _____ almejamos requerem paciência.
- V - A paz _____ aspiramos exige muita paciência.

Completam correta e respectivamente as lacunas dos períodos as palavras da alternativa:

- (A) a quem – de que – de cuja – a que – à que
- (B) à quem – de que – de cuja – a que – à qual
- (C) à quem – que – de cuja – que – a que
- (D) a quem – de que – cuja – que – à que
- (E) a quem – de que – de cuja – que – a que

4) Considere as afirmativas acerca da correspondência oficial.

- I - O tratamento exigido para altos cargos do Poder Executivo pede a forma de tratamento Vossa Excelência.
- II - A concordância, na redação oficial, exige 3ª pessoa independente do emissor ou recebedor.
- III - Estruturas como “Vimos, por meio deste,...” devem ser evitadas por caracterizarem um vício de linguagem.

Estão corretas:

- (A) apenas I.
- (B) apenas II.
- (C) apenas III.
- (D) I, II, III.
- (E) apenas II e III.

- 5) Das passagens do texto abaixo, qual a que tem condições de sofrer transformação da voz ativa para a voz passiva.
- (A) *Se coração vai agüentar?*
(B) *O mundo está apenas na sua primeira volta...*
(C) *Ah! Se vendessem paciência nas farmácias e supermercados...*
(D) *A empresa em que você trabalha vai acabar?*
(E) *A paciência está em falta no mercado...*
- 6) Considere as propostas de modificação do texto.
- I - Substituição de *berros que lembram as antigas trabalhadores do cais*, linhas 3-4, POR *berros de que se lembram as antigas trabalhadores do cais*.
II - Substituição de *eu me lembrei da fila dos bancos*, linha 13, POR *eu lembrei a fila dos bancos*.
III - Substituição de *ela deletou sem sequer ler o título*, linhas 14-15, POR *ela deletou sem nem ler o título*.
IV - Acréscimo de uma vírgula depois de DIA, linha 26.
- Quais mantêm a correção e o significado original do texto?
- (A) Apenas II, III, IV.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e IV.
(D) Apenas II e IV.
(E) I, II, III, IV.
- 7) Assinale a alternativa em que o pronome SE tenha a mesma função sintática que em *Acalme-se*, linha 25.
- (A) *Vendem-se lotes de paciência aos nervosos e estressados*.
(B) *Precisa-se de muita paciência*.
(C) *Arrume-se e mostre-se com paciência a seus amigos*.
(D) *Aspira-se a um mundo de muita paciência*.
(E) *Esqueceu-se de demonstrar paciência ao falar com as crianças*.
- 8) Qual das alternativas abaixo apresenta um período em que a lacuna poderá ser preenchida tanto com um verbo no plural quanto no singular sem incorreção gramatical.
- (A) Um bando de pássaros _____ a cidade ao anoitecer. (sobrevoar)
(B) Fomos nós que _____ uma apologia à paciência. (fazer)
(C) Qual de vocês _____ a opinião se alguém os tirar da paciência? (manter)
(D) Muitos de nós _____ a paciência no transito. (perder)
(E) _____ nós e os colegas de trabalho para festejar a vitória. (sair)

9) Considere as justificativas para o uso de pontuação no texto.

I - A vírgula da linha 4 separa orações coordenadas com sujeitos diferentes.

II - As vírgulas da linha 25 isolam um adjunto adverbial deslocado.

III - A vírgula da linha 20 separa termos da mesma função sintática.

IV - O principal motivo do uso das aspas no texto é sinalizar o uso de estrangeirismo.

Quais estão corretas?

(A) I, II e IV.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II, III.

(E) I, III, IV.

10) Os tempos verbais do primeiro parágrafo indicam:

(A) uma ação habitual, e outra ocorrida no tempo em que o texto foi escrito.

(B) duas ações hipotéticas interdependentes.

(C) duas ações futuras e hipotéticas.

(D) uma ação hipotética e outra certa no futuro.

(E) uma ação habitual e outra futura.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11) No Brasil vigora, atualmente, um amplo e complexo sistema de controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos; parte dele se efetiva pelo método difuso, também denominado incidental. De acordo com o sistema constitucional brasileiro,

(A) o STF não pode, em hipótese alguma, efetivar o controle difuso, somente o concentrado.

(B) o STF também pode efetivar o controle difuso quando julga recurso especial.

(C) o Tribunal de Justiça estadual também pode efetivar o controle difuso, tendo por parâmetro a Constituição Federal quando julga qualquer recurso, desde que observada a regra do artigo 97 da Constituição Federal.

(D) qualquer juiz estadual, desde que tendo como parâmetro, exclusivamente, a Constituição Estadual, pode efetivar o controle difuso de constitucionalidade.

(E) qualquer juiz federal, desde que tendo como parâmetro, exclusivamente, a Constituição Federal, pode efetivar o controle concentrado de constitucionalidade.

- 12) Figure-se a hipótese fática em que uma norma estadual cuja vigência iniciou no ano de 2000, seja tida como incompatível com norma da Constituição Federal que versa sobre o mesmo tema. Transcorridos dois anos sem que qualquer Juízo ou Tribunal sobre tal incompatibilidade se tenha pronunciado, sobrevém emenda constitucional. Por efeito da emenda constitucional, a norma estadual em questão deixa de ser incompatível, do ponto de vista lógico, com a Constituição Federal. Na teoria do Direito Constitucional tal fenômeno, de discutível aceitabilidade, identifica-se como uma forma de
- (A) repristinação.
 - (B) recepção.
 - (C) revogação.
 - (D) inconstitucionalidade superveniente.
 - (E) constitucionalização.
- 13) O controle difuso de constitucionalidade, no vigente sistema constitucional brasileiro,
- (A) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.
 - (B) visa à proteção do Direito, objetivamente considerado, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex tunc*.
 - (C) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex tunc*.
 - (D) visa à proteção do Direito, objetivamente considerado, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex nunc*.
 - (E) visa à proteção de direito subjetivo, pode ser feito de ofício por qualquer Juízo ou Tribunal, em qualquer processo judicial, e, quando reconhecida a inconstitucionalidade, a decisão produz efeitos *inter partes* e *ex nunc*.
- 14) Uma emenda constitucional, relativamente ao texto por ela pretendido modificar na vigente Constituição,
- (A) é sempre inconstitucional porque afronta norma constitucional existente, válida e eficaz.
 - (B) somente é válida se não violar os direitos e garantias individuais, podendo alterar tudo o mais.
 - (C) pode afrontar, inclusive, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada existentes com fundamento na norma a ser alterada.
 - (D) deve, necessariamente, respeitar os limites explícitos e implícitos ao poder de reforma e preservar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada fundamentados na norma a ser alterada.
 - (E) pode alterar alguns dispositivos e não pode alterar outros, porque a atual Constituição se classifica como semi-rígida.

- 15) No que diz respeito à sucessão de normas constitucionais, é correto afirmar que
- (A) a emenda constitucional revoga o direito ordinário anterior que seja com ela incompatível.
 - (B) a emenda constitucional torna inconstitucional o direito ordinário anterior que seja com ela incompatível.
 - (C) a emenda constitucional revoga o direito ordinário posterior que seja com ela incompatível.
 - (D) a nova Constituição, salvo ressalva expressa, mantém em vigência as normas da anterior Constituição com ela compatíveis.
 - (E) a nova Constituição, salvo ressalva expressa, revoga as normas do direito ordinário pré-constitucional.
- 16) Governador de um Estado brasileiro determina ao Secretário de Estado da Segurança, ao Chefe de Polícia e ao Comandante da Brigada Militar que mantenham incomunicáveis os Deputados Estaduais que se acham no recinto da Assembléia Legislativa e os impeça, a qualquer custo, de deixarem o local sem que antes tenham mantido um veto seu (do Governador) a um projeto de lei aprovado aumentando os vencimentos dos servidores públicos. O Secretário de Segurança, assim como o Chefe da Brigada Militar, acompanhando uma tropa de 300 policiais militares fortemente armados, mantém fechadas as dependências do Poder Legislativo estadual, com os Deputados dentro, devidamente advertidos de que devem votar e manter o veto apostado pelo chefe do Poder Executivo. Essa hipótese
- (A) não configura pressuposto fático que autorize a decretação de intervenção federal.
 - (B) configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGJ perante o STJ.
 - (C) configura hipótese de grave comprometimento da ordem pública, devendo ser decretada a intervenção observada a necessidade de julgamento de procedência de ação proposta pelo PGJ perante o STF.
 - (D) configura hipótese de necessidade de garantir o livre-exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, exigindo-se a análise posterior pelo Congresso Nacional.
 - (E) configura hipótese de necessidade de garantir o livre-exercício do Poder Legislativo, dependendo de solicitação ao Presidente da República, ficando dispensada a análise posterior pelo Congresso Nacional.

- 17) Relativamente ao acesso a cargos, empregos e funções públicas, o vigente sistema constitucional estabelece que
- (A) deverá ser procedido concurso público nos casos em que a lei expressamente estabelecer.
 - (B) inexistente hipótese de ingresso no serviço público sem concurso.
 - (C) os cargos em comissão, nos termos da respectiva lei de criação, são de livre nomeação e exoneração.
 - (D) mesmo a nomeação para os cargos em comissão, em qualquer caso, dependerá de aprovação em concurso público.
 - (E) os cargos em comissão serão exercidos por pessoas livremente nomeadas.
- 18) Na hipótese de um projeto de lei com três artigos vir a ser aprovado pelas duas Casas legislativas federais e, sendo remetido ao Chefe do Poder Executivo, receber veto expresso relativamente ao seu artigo 1º, pode-se afirmar que
- (A) o projeto terá sido parcialmente rejeitado.
 - (B) a *vacatio legis* somente iniciará a fluir posteriormente à apreciação do veto pelo Legislativo.
 - (C) no termo da *vacatio legis* os artigos sancionados ingressarão em vigência.
 - (D) sendo derrubado o veto pelo Legislativo, o artigo 1º terá sido também aprovado e ingressará em vigência posteriormente aos outros dois artigos sancionados.
 - (E) o projeto terá sido integralmente aprovado, mas o veto, tendo sido expresso, não pode ser rejeitado na mesma sessão legislativa.
- 19) A disciplina constitucional da fiscalização contábil, financeira e orçamentária rege que
- (A) o controle interno é exercido por qualquer um dos poderes, enquanto que o controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio dos Tribunais de Contas.
 - (B) é livre a criação de Tribunais de Contas nos Municípios com população acima de duzentos mil habitantes.
 - (C) o controle limita-se à Administração Direta.
 - (D) o controle limita-se ao exame da legalidade.
 - (E) o princípio da eficiência da Administração Pública refoge ao âmbito do controle, já que diz respeito ao mérito dos atos administrativos e não se vincula, em hipótese alguma, com a economicidade.

- 20) O Tribunal de Contas foi institucionalizado, no Brasil, pelo Decreto 966-A, de 1890 em razão de iniciativa de Ruy Barbosa, contemplado, posteriormente, no artigo 89 da Constituição republicana de 1891. Desde então, todas as Constituições Federais mantiveram a existência dos Tribunais de Contas. No atual sistema constitucional,
- (A) não se admite a existência de Tribunal de Contas Municipal.
 - (B) pode ser criado o Conselho de Contas Municipal.
 - (C) os Tribunais de Contas ou Conselhos de Contas Municipais, sendo este último um órgão estadual, existentes podem atuar, não podendo ser criados novos.
 - (D) os Tribunais de Contas ou Conselhos de Contas Municipais, sendo este último um órgão municipal, existentes, podem existir, não podendo ser criados novos.
 - (E) o Ministério Público com atuação junto ao Tribunal de Contas Estadual é o Ministério Público Estadual, sendo desnecessária a existência de um Ministério Público Especial de Contas.
- 21) A vigente Constituição Federal contempla um amplo sistema de direitos fundamentais, dentre os quais se alinham, no catálogo respectivo, os direitos e garantias individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos da nacionalidade e os direitos políticos; para além do catálogo, são também previstos os direitos fundamentais classificados como difusos, pertencentes à terceira geração ou dimensão. Partindo desse parâmetro é correto afirmar que
- (A) a única forma de proteção dos direitos fundamentais, no vigente sistema constitucional, é sua previsão como direitos e garantias.
 - (B) além da previsão normativa, os direitos fundamentais estão protegidos pelo sistema de controle de constitucionalidade material, inexistindo outra proteção.
 - (C) além da previsão normativa como direitos e garantias, os direitos fundamentais individuais estão protegidos também pelo sistema de controle de constitucionalidade material e pela proibição de sua abolição.
 - (D) além da previsão normativa como direitos e garantias, os direitos fundamentais estão protegidos também pelo sistema de controle de constitucionalidade material e pela proibição de sua abolição.
 - (E) a proteção aos direitos fundamentais se efetiva mediante a primazia do princípio da legalidade.
- 22) O artigo 63, I, da Constituição Federal veda que ocorra aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o previsto no artigo 166, §§ 3º e 4º. Quanto ao Estado-membro,
- (A) aplica-se a mesma vedação em razão do princípio da simetria, próprio do Estado Federal.
 - (B) aplica-se a mesma vedação desde que a Constituição Estadual expressamente a contemple.
 - (C) pelo princípio da autonomia dos entes federados, é inconstitucional estender-se a mesma vedação ao Estado-membro.
 - (D) observa-se o que estiver disposto na respectiva lei orçamentária.
 - (E) observa-se o que estiver disposto na respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

- 23) Em acordo com a previsão constante no artigo 75 e seu parágrafo único, da Constituição Federal, relativamente à organização, composição e fiscalização de Tribunais de Contas dos Estados, é correto afirmar que
- (A) as normas da Constituição Federal deferem total liberdade de conformação ao legislador constituinte estadual para definir o TCE.
 - (B) as normas da Constituição Federal não permitem qualquer liberdade de conformação ao legislador constituinte estadual para definir o TCE.
 - (C) as normas da Constituição Federal deferem uma relativa liberdade de conformação ao legislador constituinte estadual para definir o TCE, comparável ao fenômeno ocorrente relativamente às competências legislativas concorrentes.
 - (D) fica a critério do legislador estadual, no exercício da autonomia político-administrativa do ente federado, a criação ou não do TCE.
 - (E) é permitido o funcionamento dos TCEs já existentes por ocasião da promulgação da CF/88, vedada a criação de novos TCEs.
- 24) Das hipóteses abaixo arroladas, não se compreende dentre as competências atribuídas ao Tribunal de Contas da União
- (A) propor a execução das suas decisões dotadas de eficácia de título executivo.
 - (B) quando verificada ilegalidade, estabelecer prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
 - (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios.
 - (D) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - (E) apreciar a prestação de contas anual do Presidente da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 25) Os atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito estão sujeitos a
- (A) perda pelo agente público ou terceiro dos bens acrescidos ao seu patrimônio e perda dos direitos políticos.
 - (B) perda da função pública e ressarcimento integral do dano e multa civil.
 - (C) perda do cargo e inabilitação por oito anos para o exercício de função pública.
 - (D) cassação dos direitos políticos e perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
 - (E) aposentadoria ou disponibilidade por interesse público.
- 26) Segundo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da
- (A) legalidade, interesse social e razoabilidade.
 - (B) contraditório, segurança pública e moralidade.
 - (C) eficiência, produtividade e finalidade.
 - (D) motivação, proporcionalidade e razoabilidade.
 - (E) contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

- 27) A exigência de depósito de valor correspondente à multa arbitrada em processo administrativo, como condição de admissibilidade de recurso, na esfera administrativa
- (A) é admitida quando se trata de recurso e não de impugnação inicial.
 - (B) não afeta o princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - (C) é legítima, porquanto admitida pelo direito de petição.
 - (D) é inconstitucional por violar garantias constitucionais.
 - (E) é admitida em qualquer instância administrativa.
- 28) Caracterizam-se como atributos do poder de polícia
- (A) vinculação e ausência de limites.
 - (B) discricionariedade e imunidade à fiscalização.
 - (C) coercibilidade e necessidade de autorização judicial.
 - (D) discricionariedade e auto-executoriedade.
 - (E) não-submissão ao devido processo legal e coercibilidade.
- 29) O princípio da publicidade e eficiência são de obediência obrigatória
- (A) tanto da Administração Pública direta e indireta, quanto da União, dos Estados do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (B) apenas dos entes da Administração Pública indireta.
 - (C) apenas dos entes da Administração Pública direta.
 - (D) apenas aos órgãos públicos federais.
 - (E) apenas para os entes públicos que possuam personalidade jurídica de direito privado.
- 30) Sobre os servidores públicos é correto afirmar que
- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público e terá validade de até dois anos, improrrogáveis.
 - (B) o direito de greve exige lei específica para seu exercício.
 - (C) admite-se a contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - (D) os cargos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados.
 - (E) a remuneração se dá sob a forma de subsídios, em qualquer situação.
- 31) O ato administrativo que exige a manifestação de vontade de um único órgão, mas fica na dependência da autorização ou confirmação de outro órgão hierarquicamente superior, é classificado como ato administrativo
- (A) vinculado.
 - (B) múltiplo.
 - (C) complexo.
 - (D) composto.
 - (E) simples.

- 32) Os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens
- (A) da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (B) do proprietário do imóvel onde estão situados.
 - (C) apenas dos Municípios onde estão situados.
 - (D) da União.
 - (E) dos Estados.
- 33) A modalidade de restrição estatal sobre a propriedade privada que impõe ao proprietário a obrigação de suportar a utilização temporária de seu imóvel pelo Poder Público, denomina-se
- (A) requisição.
 - (B) tombamento.
 - (C) desapropriação.
 - (D) servidão administrativa.
 - (E) edificação.
- 34) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a assertiva correta.
- (A) Verifica-se apenas quando decorrente de ato doloso praticado por servidor público.
 - (B) Somente pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
 - (C) Respondem pelos atos de seus agentes as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviço público.
 - (D) A Constituição brasileira adota a teoria do risco integral.
 - (E) Não admite a pesquisa em torno da culpa da vítima.
- 35) Sobre a revogação dos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) atos administrativos discricionários e vinculados podem ser revogados.
 - (B) somente a Administração Pública pode revogar atos administrativos, por motivos de conveniência e oportunidade.
 - (C) a revogação independe de motivação.
 - (D) a revogação produz efeitos *ex tunc*.
 - (E) a revogação pode-se dar pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.
- 36) Sobre a Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) em sua esfera indireta compõe-se de pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas ou instituídas por lei específica.
 - (B) as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, subordinando-se, hierarquicamente, ao ente que as criou.
 - (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, sujeitam-se a controle estatal, seja interno ou externo, este último através do Tribunal de contas.
 - (D) as agências reguladoras integram a Administração Pública, na sua esfera direta.
 - (E) as sociedades de economia mista, com personalidade jurídica de direito público, integram indireta da Administração Pública.

- 37) A exigência de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, para a investidura de cargo ou emprego público
- (A) gera aos aprovados direito adquirido à nomeação.
 - (B) é incompatível com a existência de prazo de validade para os concursos públicos.
 - (C) pode ser afastada, por necessidade de serviço.
 - (D) não admite a reserva de percentual de cargos ou empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
 - (E) está vinculada ao princípio constitucional da impessoalidade.
- 38) Assinale a afirmativa correta.
- (A) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse dos licitantes.
 - (B) A concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e o pregão são modalidades de licitação.
 - (C) É permitida a instituição de outras modalidades de licitação, por motivo de interesse público.
 - (D) A licitação jamais pode ser dispensada em contratos públicos.
 - (E) A impessoalidade, a moralidade, a igualdade e a improbidade administrativa são princípios que informam o processo de licitação.

DIREITO CIVIL

- 39) O contrato de locação de coisas é qualificado como
- (A) contrato real, pois tem como objeto a transferência do bem locado ao locatário.
 - (B) personalíssimo.
 - (C) consensual.
 - (D) instantâneo.
 - (E) nenhuma assertiva está correta.
- 40) A cláusula de retrovenda pode ser aplicada
- (A) somente a imóveis.
 - (B) a qualquer bem, móvel ou imóvel.
 - (C) a coisas consumíveis.
 - (D) somente a bens fungíveis.
 - (E) nos contratos internacionais sobre bens futuros.

- 41) A exceção de contrato não cumprido pode ser invocada
- (A) em qualquer tipo de contrato, porque decorre do sinalagma.
 - (B) somente quando as partes a convencionarem no momento da redação do contrato.
 - (C) somente nos contratos unilaterais e quando o incumprimento for total.
 - (D) somente nos contratos bilaterais e quando não houver menção, na lei ou no contrato, de quem deva cumprir em primeiro lugar.
 - (E) quando o contrato for bilateral, e a parte devedora cumpriu apenas parcialmente o contrato.
- 42) Os contratos formam-se no momento do encontro entre a proposta e a aceitação. Em relação à natureza desses atos, é correto afirmar que
- (A) são atos *stricto sensu*, porque seus efeitos derivam da lei.
 - (B) constituem negócios jurídicos, porque resultantes do exercício da autonomia privada.
 - (C) são atos-fatos.
 - (D) constituem declarações de vontade não receptícias.
 - (E) constituem fatos jurídicos *stricto sensu*.
- 43) Assinale a alternativa correta.
- (A) Contratos de Adesão são regulados somente na esfera do Direito do Consumidor.
 - (B) Contratos de Adesão e Condições Gerais de Negócios constituem expressões sinônimas.
 - (C) Qualquer tipo de contrato pode ser elaborado sob a forma de adesão.
 - (D) Contratos de Adesão e Condições Gerais de Negócios não são sinônimos.
 - (E) As Condições Gerais não estão sujeitas ao controle de suas cláusulas pelo juiz (abusividade) enquanto os Contratos por Adesão, sim.
- 44) Assinale a alternativa que indica a diferença entre negócio jurídico e ato jurídico *stricto sensu*.
- (A) Nos negócios jurídicos, os efeitos são estabelecidos de antemão pelo legislador, enquanto nos atos jurídicos *stricto sensu* eles dependem exclusivamente da vontade dos reclamantes.
 - (B) Nos atos jurídicos *stricto sensu* não há necessidade de ser perquirida a capacidade do agente, enquanto nos negócios jurídicos a sua falta é causa de anulação do negócio.
 - (C) Os negócios jurídicos são sempre bilaterais e seus efeitos são invariáveis, enquanto os atos *stricto sensu* são sempre unilaterais, e seus efeitos são variáveis.
 - (D) Os negócios jurídicos têm seus efeitos determinados pelas partes, desde que dentro dos limites legais, enquanto nos atos jurídicos *stricto sensu* os efeitos são *ex lege*.
 - (E) Não há uma diferença essencial entre eles, podendo alguns atos *stricto sensu* serem considerados verdadeiros negócios.

45) Assinale a afirmativa correta.

- (A) Pertences não são partes integrantes dos bens, mas servem ao seu fim econômico.
- (B) As pertences entram na categoria das benfeitorias úteis.
- (C) As pertences são atributo exclusivo dos bens privados.
- (D) Bens públicos não têm pertences.
- (E) Bens móveis não têm pertences.

46) Assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo inicial, estabelecido em um contrato, suspende a aquisição do direito.
- (B) O termo inicial suspende o exercício do direito.
- (C) A condição suspensiva, aposta a um contrato, não impede a sua eficácia, desde que o devedor dela tenha ciência.
- (D) É possível estabelecer um contrato sob condição que o sujeito ao arbítrio do credor.
- (E) Os contratos admitem toda e qualquer condição.

47) A relação jurídica é o cerne de todo o direito. Sua composição é complexa e seus elementos variados. Contudo há um dentre eles, que constitui a sua essência, pois permite distinguir a relação jurídica das demais relações de cunho social, moral, religioso, biológico, etc. Aponte, dentre as alternativas a seguir propostas, qual é esse elemento.

- (A) O sujeito ativo e passivo.
- (B) O vínculo de atributividade.
- (C) O fato jurídico.
- (D) O objeto.
- (E) A garantia.

48) A doutrina e a jurisprudência nacionais identificam um dever geral de informar nos contratos. Assinale a alternativa correta em relação a esse dever.

- (A) Trata-se de criação pretoriana, decorrente da aplicação do princípio de boa-fé subjetiva nos contratos, tendo em vista o dever de cooperação entre as partes.
- (B) O dever de informar não está previsto na esfera das relações de Direito Civil.
- (C) O dever de informar não pode ser exigido da parte mais fraca da relação de consumo, como o paciente em relação ao médico, porque existe em razão do desequilíbrio econômico entre as partes.
- (D) O dever de informar não sofre limitações no âmbito das relações de consumo, apenas naquelas de Direito Civil.
- (E) A falta de informação numa relação de consumo equivale a defeito no produto.

49) Assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.
- (B) É imprescindível a participação do Ministério Público nas execuções fiscais.
- (C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- (D) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação rescisória em nenhuma hipótese no processo civil.
- (E) Se o Ministério Público interpuser recurso sujeito a preparo, não o efetuando, o recurso será considerado deserto.

50) Assinale a alternativa correta.

- (A) Em nenhuma hipótese no processo civil é permitida antecipação de tutela sem a alegação de perigo de dano.
- (B) A tutela ressarcitória é uma tutela que independe da prova do dano para ser concedida.
- (C) A tutela de remoção do ilícito é uma tutela repressiva do ilícito.
- (D) Tutela específica é sinônimo de tutela inibitória.
- (E) Tutela antecipatória é sinônimo de tutela cautelar.

51) Assinale a alternativa correta.

- (A) A execução da decisão provisória far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a execução da decisão definitiva, correndo por iniciativa, conta e é responsabilidade do exequente.
- (B) A execução da decisão provisória é sempre uma execução incompleta.
- (C) Na execução da decisão provisória, tendo em conta a necessidade de tutela jurisdicional efetiva aos direitos, a prática de atos que importem alienação de propriedade independe de caução suficiente e idônea.
- (D) Superveniente reforma da decisão provisória torna sem efeito a execução da decisão provisória em face do efeito expansivo subjetivo dos recursos.
- (E) A responsabilidade do exequente é subjetiva nos casos de execução da decisão provisória.

52) Assinale a alternativa correta.

- (A) São cabíveis embargos de divergência quando verificada divergência entre dois Tribunais de Justiça estaduais ou entre dois Tribunais Regionais Federais.
- (B) O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso, ainda que o recurso não tenha sido conhecido.
- (C) O juiz negará provimento de logo ao recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral.
- (E) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento no prazo de 5 (cinco) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

53) Assinale a alternativa correta.

- (A) Os embargos do executado suspendem a execução desde o momento em que oferecidos.
- (B) Aos embargos do executado aplica-se o prazo em dobro para o seu oferecimento, havendo litisconsórcio passivo na execução.
- (C) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.
- (D) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar corre a partir da juntada do último mandado citatório.
- (E) A cognição nos embargos do executado é plena e sumária.

54) Assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente o mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
- (C) É incabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível.
- (D) Admite-se recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente, e o recurso não abrange todos eles.
- (E) Cabe recurso especial para reexame de prova.

55) Assinale a alternativa correta.

- (A) São cabíveis embargos de declaração quando há contradição entre as alegações de uma das partes e a decisão judicial.
- (B) Os embargos declaratórios inadmitidos interrompem o prazo recursal.
- (C) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite embargos declaratórios com efeitos infringentes.
- (D) Antevedendo a possibilidade de alteração substancial do julgado em embargos de declaração, tem o órgão jurisdicional o dever de intimar a parte embargada para, querendo, oferecer contra-razões.
- (E) Os embargos declaratórios estão sujeitos a preparo.

56) Assinale a alternativa correta.

- (A) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que é possível ao relator, no agravo de instrumento, prover liminarmente o recurso com base no art. 557, CPC.
- (B) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite a conversão de agravo de instrumento em agravo retido nos casos em que o agravante alega urgência em prover.
- (C) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo.
- (D) A questão federal ventilada no voto vencido atende ao requisito do prequestionamento.
- (E) Cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.

DIREITO PENAL

57) Emílio, empregado de sociedade de economia mista na qual o Estado-membro tem participação acionária, apropria-se de numerário da referida instituição, verba essa da qual tinha posse em razão do cargo, no objetivo de satisfazer-se de exata importância da qual é credor da instituição, por diárias não recebidas. Emílio comete

- (A) crime de emprego irregular de verbas públicas.
- (B) crime de peculato-furto.
- (C) crime de peculato-apropriação.
- (D) crime de apropriação indébita.
- (E) nenhuma das alternativas.

58) Jorge, funcionário do Erário estadual, tem a posse, em razão do cargo, de computadores de propriedade do mencionado Erário. Aproveitando-se do fato de ter a chave da sala na qual ficavam depositados os computadores, Jorge apropria-se de um computador, contando com a ajuda de seu vizinho desempregado, Lúcio, o qual conhecia a condição de funcionário de Jorge, sendo, após, o computador vendido, com o lucro dividido entre os dois agentes.

- (A) Jorge pratica o crime de peculato-apropriação, ao passo que Lúcio comete o crime de furto.
- (B) Jorge pratica o crime de peculato-desvio, ao passo que Lúcio comete o crime de furto.
- (C) Jorge e Lúcio praticam o crime de peculato-apropriação, em co-autoria.
- (D) Impossível a co-autoria na hipótese, por faltar a Lúcio a qualidade de funcionário público.
- (E) Nenhuma das alternativas.

59) Segundo a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro:

- (A) o erro de proibição indireto enseja efeitos que se situam no âmbito das discriminantes putativas, por isso tanto pode afetar a culpabilidade do agente, como, em algumas situações, afetar a tipicidade dolosa.
- (B) quanto às consequências jurídicas, as discriminantes putativas, ora equiparam-se ao erro de tipo, ora equivalem ao erro de proibição.
- (C) o objeto do erro de tipo é o tipo subjetivo.
- (D) todo erro jurídico-penal repercute no dolo do agente.
- (E) nenhuma das alternativas.

60) Assinale a alternativa correta.

- (A) A desistência voluntária é possível na tentativa perfeita e na tentativa imperfeita.
- (B) O arrependimento eficaz é possível na tentativa perfeita e na tentativa imperfeita.
- (C) O arrependimento posterior é instituto aplicável aos crimes em geral.
- (D) Na tentativa qualificada o agente pode ou não ser punido.
- (E) Nenhuma das alternativas.

61) Assinale a alternativa correta.

- (A) Responde pelo crime tipificado no art. 171, *caput*, do CP o agente que se vale de documentação falsa para obtenção de aposentadoria em entidade autárquica de previdência social.
- (B) A falsificação de papel-moeda pode configurar crime de moeda falsa ou crime de estelionato.
- (C) Os crimes contra as finanças públicas tipificados no Código Penal são crimes comuns.
- (D) O conceito de funcionário público para fins penais equivale ao conceito de funcionário do Direito Administrativo.
- (E) Nenhuma das alternativas.

62) Assinale a alternativa correta.

- (A) O prefeito municipal, após a extinção do mandato, não continua sujeito a processo por crime previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67.
- (B) O Decreto-Lei nº 201, em razão de ausência de norma expressa (princípio da legalidade), é aplicável somente aos prefeitos, não sendo aplicável aos vice-prefeitos.
- (C) A condenação definitiva do prefeito em alguns dos crimes definidos no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67 acarreta a perda do cargo, ficando excluídos deste efeito certos crimes tipificados no referido artigo em razão de suas características.
- (D) Além da pena privativa de liberdade prevista para o prefeito incurso no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67, as únicas consequências legais que podem ser acrescidas são a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de cargo ou função pública.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

63) Constitui crime previsto na lei que define os crimes de responsabilidade:

- (A) deixar de ordenar despesas não autorizadas por lei ou sem observância das prescrições legais relativas às respectivas despesas, no caso em que se constatar flagrante necessidade.
- (B) realizar o estorno de verbas.
- (C) não ordenar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou.
- (D) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, exceto quanto a entidades da Administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
- (E) nenhuma das alternativas.

64) Assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui efeito da condenação o fato de tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, desde que motivadamente declarado na sentença.
- (B) Constitui efeito da condenação o fato de tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, de forma automática.
- (C) Constitui efeito da condenação a perda do cargo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 1 (um) ano, de forma automática.
- (D) Constitui efeito da condenação a perda do cargo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos, de forma automática.
- (E) Nenhuma das alternativas.

65) Assinale a alternativa correta.

- (A) A relação de causalidade é prescindível nos crimes omissivos em geral.
- (B) A coação moral irresistível e a obediência à ordem de superior hierárquico não manifestamente ilegal constituem as duas únicas hipóteses de exclusão da culpabilidade expressamente previstas na Parte Geral do Código Penal com fundamento na inexigibilidade de conduta diversa.
- (C) A distinção entre crime e contravenção dá-se com base no critério qualitativo.
- (D) Para a teoria finalista da ação a culpabilidade não pode constituir elemento do crime, mas, sim, pressuposto de pena.
- (E) Nenhuma das alternativas.

66) Assinale a alternativa correta.

- (A) O agente que representa por ato de improbidade contra agente público sabendo-o inocente incorre em crime de calúnia previsto no Código Penal.
- (B) O estagiário de instituição pública que subtrai desta valores em razão da facilidade que lhe proporciona a condição de estagiário comete o crime de furto qualificado.
- (C) A corrupção passiva não é crime bilateral, não exigindo para sua consumação a atuação do agente da corrupção ativa.
- (D) Não é possível haver crime de desobediência quando o sujeito que descumpra a ordem é funcionário público.
- (E) Nenhuma das alternativas é correta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

67) Constatado pelo réu, após o encerramento da fase probatória, que a ação penal pública, condicionada à representação, não foi assinada pelo Ministério Público, tal omissão acarreta

- (A) a nulidade absoluta da peça inicial.
- (B) a nulidade relativa da peça inicial, desde que argüida de ofício pelo juiz.
- (C) a nulidade relativa da peça inicial, desde que argüida pelo réu.
- (D) a inexistência da peça inicial.
- (E) a mera irregularidade da peça inicial.

68) No processo penal comum, o prazo para

- (A) o Ministério Público apelar é de 05 dias, e o prazo para apresentar suas razões é de 05 dias.
- (B) o Ministério Público apelar é de 08 dias, e o prazo para apresentar suas razões é de 05 dias.
- (C) a Defensoria Pública apelar é de 05 dias, e o prazo para apresentar suas razões é de 08 dias.
- (D) a Defensoria Pública apelar é de 10 dias, e o prazo para apresentar suas razões é de 16 dias.
- (E) o assistente de acusação apresentar suas razões, em apelação interposta pelo Ministério Público, é de 05 dias.

69) Aponte a resposta correta.

- (A) É nulo o acórdão que adota o parecer do Ministério Público de segundo grau como razões de decidir, em virtude da ofensa à necessidade de fundamentação das decisões judiciais.
- (B) O brocardo *da mihi factum, dabo tibi ius* é a base teleológica para a admissão, no Direito Processual Penal brasileiro, da *emendatio libelli* pelo juiz.
- (C) As agravantes, quando ausentes no corpo da denúncia ou da queixa, não podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz, sob pena de nulidade da sentença.
- (D) Tanto nas ações penais públicas, como nas ações penais privadas, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que seu autor tenha opinado pela absolvição do réu.
- (E) Nas ações penais privadas subsidiárias da pública, o juiz deverá reconhecer a incidência de perempção sempre que o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

70) Aponte a resposta correta.

- (A) O prazo para o ajuizamento da ação penal privada subsidiária da pública é de 60 dias.
- (B) Segundo o artigo 24, *caput*, do Código de Processo Penal, a ação penal pública de caráter condicionado é aquela que depende de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-los.
- (C) Nas ações penais públicas condicionadas, o prazo previsto para o oferecimento da requisição, por parte do Ministro da Justiça, é de 06 meses.
- (D) Nas ações penais públicas condicionadas, o Ministério Público está vinculado aos termos da qualificação jurídica dos fatos constantes na representação ou requisição que lhe haja sido dirigida.
- (E) Nas ações penais privadas subsidiárias da pública, o Ministério Público pode assumir o pólo ativo no processo, sempre que oferecer denúncia substitutiva.

71) Aponte a resposta correta.

- (A) O assistente da acusação possui legitimidade para aditar a ação penal oferecida pelo Ministério Público, sempre que ela for de caráter condicionado à representação.
- (B) O agente do Ministério Público que houver atuado na fase de investigação criminal está impedido de oferecer a ação penal pública e atuar ao longo de toda a fase processual.
- (C) A exceção de suspeição do agente do Ministério Público só poderá ser apresentada quando ele estiver atuando como autor da ação penal, e não quando atuar no processo como *custos legis*.
- (D) O agente do Ministério Público, que no primeiro grau de jurisdição houver se pronunciado sobre questão de fato ou de direito em determinado processo penal, está impedido de nele atuar como *custos legis* no segundo grau de jurisdição.
- (E) O assistente do Ministério Público pode recorrer extraordinariamente de decisão concessiva de *habeas corpus*.

72) Aponte a resposta correta.

- (A) Estão excluídos do rito previsto no artigo 514 do CPP os crimes de excesso de exação, facilitação de contrabando ou descaminho e concussão, quando este último for cometido com grave ameaça.
- (B) Segundo o artigo 516 do CPP, somente a inexistência do crime é causa autorizadora para que o juiz rejeite a queixa ou denúncia oferecida contra funcionário público.
- (C) De acordo com o artigo 514 do CPP, o prazo para a apresentação de defesa preliminar é de 15 dias, a contar da data do oferecimento da denúncia ou queixa.
- (D) A notificação feita ao funcionário público, para que apresente defesa preliminar, torna desnecessária sua citação, caso a denúncia ou a queixa sejam recebidas pelo juízo.
- (E) Encerrada a fase de instrução probatória, o juiz dará início aos debates entre as partes, concedendo 20 minutos a cada uma, prorrogáveis por 10 minutos, iniciando pelo autor da denúncia ou queixa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

73) Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que

- (A) estão todas previstas no art. 150 da CF.
- (B) há vedações para todos os entes políticos, vedações específicas para a União e e vedações específicas para os Estados e Distrito Federal, mas não há vedações específicas para os Municípios.
- (C) restringem-se à legalidade, à irretroatividade e à anterioridade.
- (D) podem ser ampliadas ou restringidas desde que por Emenda Constitucional.
- (E) tem sua origem e fundamento no Estado Social.

74) Quanto às imunidades, é correto afirmar que

- (A) são sempre referidas no texto constitucional pela expressão “imunidade”.
- (B) são sempre referidas no texto constitucional pela expressão “isenção”.
- (C) são referidas no texto constitucional mediante várias expressões, ora como isenção, ora como não-incidência, ora como gratuidade, dentre outras.
- (D) são normas que podem ser afastadas pelo legislador ordinário, desde que de modo expresse e inequívoco, pois os entes políticos não são obrigados a exercer seu direito de não-tributar.
- (E) são todas auto-aplicáveis.

75) Quanto à imunidade estabelecida pelo art. 150, VI, “a”, da CF, é correto afirmar que

- (A) abrange não apenas os impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços dos entes políticos, mas todos os impostos no que diz respeito às atividades típicas dos entes políticos, pois quaisquer incidências comprometeriam seu patrimônio, sua renda ou seus serviços, conforme orientação do STF.
- (B) é conhecida por isenção heterônoma.
- (C) depende de regulamentação por lei complementar.
- (D) abrange quaisquer tributos, tanto impostos, como taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.
- (E) abrange apenas tributos não-vinculados, como impostos e contribuições especiais.

76) Quanto à competência tributária,

- (A) todos os entes políticos têm competência para instituir as diversas espécies tributárias, mas só a União pode criar impostos novos no exercício da sua competência residual.
- (B) a competência para a instituição de contribuições previdenciárias para o regime geral de previdência não é exclusiva da União.
- (C) os Estados e Municípios podem instituir contribuições a serem pagas pelos seus servidores para a manutenção, em benefício destes, de programas de assistência à saúde.
- (D) a competência da União para instituir contribuições previdenciárias para o regime geral de previdência é condicionada constitucionalmente tanto pela finalidade como pelas bases econômicas passíveis de serem tributadas, só podendo recair sobre outras manifestações de riqueza se instituídas por lei complementar.
- (E) a competência para a instituição de contribuições de melhoria, conforme previsão constitucional, é exclusiva dos Municípios, pois estes é que realizam obras que provocam valorização imobiliária.

77) Quanto à repartição das receitas tributárias, é correto afirmar que

- (A) cada ente político é destinatário da integralidade do produto da arrecadação dos impostos que institui e cobra.
- (B) a receita dos impostos não pode ser vinculada a órgão, fundo ou despesa, salvas as vinculações expressamente admitidas pelo texto constitucional.
- (C) em hipótese alguma é admitida a retenção, pela União, da receita que cabe aos Estados e aos Municípios.
- (D) a repartição da receita do SIMPLES NACIONAL pode ser condicionada, pela União, à inexistência de débitos dos Estados e dos Municípios para com a própria União ou suas autarquias.
- (E) cabe aos Municípios 50% da arrecadação do ITR, independentemente do regime de arrecadação deste, se pela União ou pelos próprios Municípios.

78) Relativamente à vedação de isenção heterônoma, é correto afirmar que

- (A) consta do art. 151, III, da CF, impedindo a União de conceder isenções de tributos estaduais e municipais, mas não se aplica às taxas.
- (B) impede a União, como pessoa jurídica de direito público interno, de conceder isenções de tributos estaduais e municipais, mas não a República Federativa do Brasil, nas suas relações externas, de conceder isenções em tratados internacionais.
- (C) consta do art. 151, III, da CF, impedindo os entes políticos de concederem isenções mediante discriminação de determinados contribuintes.
- (D) é limitação constitucional ao poder de tributar apenas implícita.
- (E) constava da Constituição Federal de 1967, com a redação da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, mas não consta expressamente da Constituição de 1988.

79) Quanto à anterioridade tributária,

- (A) há duas regras de anterioridade: a anterioridade de exercício para os impostos e a anterioridade nonagesimal para as contribuições.
- (B) as contribuições não estão sujeitas à anterioridade de exercício.
- (C) as contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social não estão sujeitas à anterioridade de exercício.
- (D) as taxas não estão sujeitas à anterioridade nonagesimal mínima prevista no art. 150, III, c, da CF.
- (E) a anterioridade nonagesimal mínima só é aplicável aos impostos sobre o patrimônio.

80) Quanto à legalidade e à irretroatividade tributárias,

- (A) prazo de vencimento de tributo não é matéria sob reserva legal, de modo que, mesmo que seja estabelecido por lei, poderá ser alterado por decreto ou portaria.
- (B) há exceções constitucionais expressas à irretroatividade tributária quanto à instituição e à majoração de determinados tributos.
- (C) a irretroatividade tributária não se aplica aos impostos indiretos.
- (D) a irretroatividade tributária não constitui propriamente limitação constitucional ao poder de tributar, mas simples critério de tributação afastável por lei complementar.
- (E) inexistente exceção à legalidade tributária, apenas atenuação quanto à alteração da alíquota, pelo Executivo, de determinados tributos expressamente referidos no texto constitucional.

81) Quanto ao imposto sobre serviços de qualquer natureza,

- (A) é de competência municipal, sendo instituído diretamente por lei municipal, sem a necessidade de observância de normas estabelecidas por lei complementar.
- (B) há decisão do STF no sentido de que a locação de bens móveis não configura prestação de serviços.
- (C) pode incidir cumulativamente com o ICMS – e sobre a mesma base de cálculo – em algumas operações em que há fornecimento de mercadorias com prestação de serviços.
- (D) não está abrangido pelo SIMPLES NACIONAL.
- (E) conforme orientação do STJ, é devido ao Município em que situada a sede da pessoa jurídica, ainda que o serviço seja prestado em outro Município.

82) Quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação,

- (A) pressupõe a circulação jurídica e não simplesmente a circulação física, havendo inclusive Súmula do STJ no sentido de que não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
- (B) não está abrangido pelo SIMPLES NACIONAL.
- (C) é imposto de alíquota única.
- (D) não incide na venda de energia elétrica ao consumidor final.
- (E) incide na venda de imóveis.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO

83) Acerca do controle externo da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) a titularidade do controle externo é do Tribunal de Contas, sendo o Poder Legislativo legitimado subsidiariamente.
- (B) a titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, sendo o Tribunal de Contas legitimado subsidiariamente.
- (C) o controle externo exercido pelo Poder Legislativo é limitado ao julgamento político das contas do Chefe do Poder Executivo.
- (D) a titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (E) o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas é limitado a subsidiar o Poder Legislativo para julgamento das contas dos gestores jurisdicionados.

84) Quanto às competências dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

- (A) não podem exigir prestação de contas de pessoa física.
- (B) não podem exigir prestação de contas de pessoa jurídica de direito privado.
- (C) podem exigir prestação de contas de qualquer pessoa jurídica de direito privado que utilize serviços públicos remunerados por tarifa.
- (D) não podem julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) podem exigir prestação de contas de qualquer pessoa que utilize ou administre dinheiros ou bens públicos.

85) Quanto ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que

- (A) de acordo com pacífica jurisprudência do STF, junto aos Tribunais de Contas atua um Ministério Público especial, ao qual, contudo, não se reconhece fisionomia estrutural própria.
- (B) junto ao TCU oficia o MPF, por intermédio de Subprocuradores-gerais da República designados pelo Procurador-Geral da República.
- (C) seus membros possuem os mesmos direitos, vencimentos, prerrogativas, vedações e forma de investidura dos demais membros do Ministério Público.
- (D) é consentânea com sua natureza a atribuição de, mediante lei, executar em juízo as decisões dos Tribunais de Contas.
- (E) nos Estados, seus chefes são formalmente subordinados ao Presidente do TCE e ao Procurador-Geral de Justiça.

- 86) Quanto às sanções aplicáveis pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) a imposição da multa se restringe aos casos de descumprimento de norma de administração financeira e orçamentária, com valor previamente fixado em lei.
 - (B) a imposição de multa se restringe aos casos de descumprimento de norma de administração financeira e orçamentária, com valor previamente fixado em resolução.
 - (C) a lei pode prever a imposição de multa em valor proporcional ao dano causado ao Erário.
 - (D) a determinação de devolução dos valores, em caso de dano causado ao Erário, exclui a possibilidade de imposição de multa.
 - (E) a imposição de multa exige a comprovação do dolo do gestor condenado.
- 87) Quanto à fiscalização de atos e contratos pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que
- (A) o Tribunal, no caso de contrato ilegal, requererá a sustação ao Poder Legislativo.
 - (B) o Tribunal, se verificar a ilegalidade do ato, pode recomendar ao responsável a correção necessária, sempre no prazo constitucional de 90 dias.
 - (C) o Tribunal, no caso de contrato ilegal, sustá-lo-á de imediato, comunicando o Poder Legislativo da providência adotada.
 - (D) se dá, no caso de contrato ilegal, a sustação automática dele, com efeitos *ex tunc*, se as medidas corretivas não forem tomadas em 90 dias.
 - (E) se dá, no caso de contrato ilegal, a sustação automática dele, com efeitos *ex nunc*, se as medidas corretivas não forem tomadas em 90 dias.
- 88) Quanto à revisibilidade das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário, é correto afirmar que
- (A) as decisões de mérito dos Tribunais de Contas podem ser amplamente revistas pelo Poder Judiciário, em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
 - (B) as decisões de mérito dos Tribunais de Contas podem, em regra, ser amplamente revistas pelo Poder Judiciário, que deve-se limitar a seus aspectos formais, p. ex., sindicando a observância do devido processo legal, e a reparar eventual lesão a direitos e garantias individuais.
 - (C) as decisões administrativas dos Tribunais de Contas estão excluídas da apreciação judicial, em face da autonomia outorgada constitucionalmente às cortes.
 - (D) inexiste a possibilidade de serem revistas as decisões.
 - (E) existe a possibilidade de revisão em ação própria, cuja legitimidade para a propositura é exclusiva do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

- 89) Acerca do ciclo orçamentário, composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que
- (A) os respectivos projetos de lei são encaminhados em conjunto, anualmente e na mesma data, ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (B) os respectivos projetos de lei são encaminhados em conjunto, anualmente, ao Poder Legislativo diretamente pelos Chefes dos demais Poderes e Instituições.
 - (C) o PPA vige do segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo que encaminhou o respectivo projeto de lei ao primeiro ano do mandato seguinte.
 - (D) a LDO vige por uma legislatura, com a permissão de, a cada sessão legislativa, edição de decreto legislativo para adequação à LOA.
 - (E) a LOA vige por um exercício financeiro, podendo ser editada sob a forma de lei delegada, desde que compatível com a LDO e com o PPA.
- 90) Acerca dos princípios orçamentários, é correto afirmar que
- (A) o da unidade colide com a existência de leis orçamentárias anuais distintas (a do orçamento fiscal, a dos investimentos e a da seguridade).
 - (B) o da universalidade se aplica às despesas, que são estimadas, mas não às receitas, que são fixadas.
 - (C) o da legalidade exige a edição de lei em sentido formal, exceto para a abertura de crédito especial, permitida mediante medida provisória.
 - (D) o da exclusividade não é lesado quando da LOA consta autorização para abertura de créditos suplementares.
 - (E) o da não-afetação veda a vinculação da receita de tributos a despesas determinadas, com as exceções dispostas em lei complementar.
- 91) Acerca das emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual, é correto afirmar que
- (A) serão apresentadas somente na votação do projeto em plenário.
 - (B) podem anular despesa referente a serviço da dívida.
 - (C) não podem alterar dispositivo do texto do projeto de lei.
 - (D) não podem corrigir erros ou omissões.
 - (E) devem receber parecer na comissão mista.
- 92) Acerca das despesas públicas, é correto afirmar que
- (A) as despesas se classificam, no mesmo nível, em despesas correntes e de capital.
 - (B) as despesas de custeio abarcam as despesas correntes e os investimentos.
 - (C) as despesas de capital abarcam as inversões financeiras e as subvenções.
 - (D) as despesas se classificam, no mesmo nível, em despesas de custeio e de capital.
 - (E) as despesas correntes abarcam as de capital e as transferências.

93) Acerca dos créditos orçamentários adicionais é correto afirmar que

- (A) os créditos suplementares abarcam os especiais e os extraordinários.
- (B) os créditos suplementares se destinam a reforço de dotação orçamentária preexistente.
- (C) os créditos especiais abarcam os extraordinários e os suplementares.
- (D) os créditos especiais se destinam ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis.
- (E) os créditos extraordinários exigem previsão expressa de sua dotação na lei de diretrizes orçamentárias.

94) Acerca do crédito público, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crédito público é o direito patrimonial estatal oponível ao particular.
- (B) O crédito público é a unidade referenciável da dívida ativa não-tributária.
- (C) O crédito público relaciona-se à capacidade estatal de obter empréstimos.
- (D) O crédito público não pode ser objeto de contrato.
- (E) O crédito público soberano expressa-se na moratória da dívida externa.

RESPONSABILIDADE FISCAL

95) Considere as seguintes afirmativas sobre as vedações impostas pela lei quando a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, segundo os percentuais respectivos destinados aos Poderes e órgãos nominados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

- I- É vedada a alteração da estrutura de carreira, independentemente de implicar aumento de despesa.
- II- São vedados aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.
- III- Fica vedada a criação de cargo, emprego ou função pública.
- IV- É ressalvada das vedações previstas na lei e, portanto, permitida a reposição de cargo vago em decorrência de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde, segurança, fazenda e planejamento.
- V- É ressalvada das vedações previstas na lei e, portanto, assegurada a concessão da revisão geral anual prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas II e V.

- 96) É prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, em termos de limites globais, bem como de sua repartição pelos Poderes e órgãos a ela aplicáveis, é calculada, na forma da lei, em percentuais:
- (A) da receita patrimonial.
 - (B) da receita corrente líquida.
 - (C) apenas da receita tributária.
 - (D) das transferências correntes.
 - (E) da receita tributária e da receita de capital.
- 97) Constitui-se importante instrumento de transparência, avaliação e acompanhamento da execução orçamentária, ao qual o respectivo Poder ou órgão nominado pela Lei de Responsabilidade Fiscal deve dar ampla divulgação, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, emitido, de regra, ao final de cada quadrimestre, salvo nos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, aos quais é facultada sua emissão com periodicidade semestral, nele devendo conter, dentre outros dados, comparativo com os respectivos limites de que trata a lei, dos montantes relacionados à despesa total com pessoal, à dívida consolidada e mobiliária, à concessão de garantias, a operações de crédito, à indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites com o percentual comparativo ao limite de que trata a lei. Está a se discorrer sobre:
- (A) o relatório resumido de execução orçamentária.
 - (B) o anexo de metas fiscais.
 - (C) o anexo de riscos fiscais.
 - (D) o relatório de gestão fiscal.
 - (E) o demonstrativo de resultados nominal e primário.

- 98) Considere as afirmativas abaixo que dizem respeito à caracterização, aos requisitos, às condições (levando-se em conta, ainda, que a lei enuncia duas condições e que pelo menos uma delas deverá ser atendida) e a outras disposições relacionadas à concessão de renúncia de receita, contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- I- A renúncia compreende anistia, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
 - II- Uma das condições previstas à sua concessão é a da necessidade de demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais, na forma da lei.
 - III- Uma das condições previstas à sua concessão é a de estar acompanhada das medidas de compensação, no período e na forma da lei, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
 - IV- A sua concessão deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, obrigatoriamente, no exercício em que deva iniciar e nos quatro seguintes.
 - V- Não será considerada renúncia de receita remissão, crédito presumido e o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II, III e V.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas II e V.

- 99) Considerado peça-chave para a gestão fiscal responsável, trata-se de instrumento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que deve integrar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, nele devendo ser apresentado, com memória e metodologia de cálculo, os objetivos de resultado entre receitas e despesas, para o próximo exercício e os dois seguintes, contendo, ainda, dentre outros dados, a avaliação da situação financeira e atuarial e o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Está a se discorrer sobre:
- (A) o anexo de riscos fiscais.
 - (B) o relatório de gestão fiscal.
 - (C) o demonstrativo de resultados nominal e primário.
 - (D) o anexo dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.
 - (E) o anexo de metas fiscais.

- 100) Constitui-se em instrumento de transparência da gestão fiscal, ao qual o respectivo Poder ou órgão nominado pela Lei de Responsabilidade Fiscal deve dar ampla divulgação, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, emitido, de regra, a cada bimestre, nele devendo conter, dentre outros dados e na forma da lei, o balanço orçamentário, os demonstrativos da execução das receitas e despesas, os de resultados nominal e primário e os de restos a pagar. Trata-se:
- (A) do relatório resumido de execução orçamentária.
 - (B) do anexo de metas fiscais.
 - (C) do anexo de riscos fiscais.
 - (D) do relatório de gestão fiscal.
 - (E) do anexo de política fiscal.
- 101) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes e órgãos referidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo os respectivos percentuais a eles destinados, quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal:
- (A) ultrapassou 80% (oitenta por cento) do limite.
 - (B) ultrapassou 85% (oitenta e cinco por cento) do limite.
 - (C) ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.
 - (D) somente se ultrapassou 95% (noventa e cinco por cento) do limite.
 - (E) somente se ultrapassou 100% (cem por cento) do limite.
- 102) Se um prefeito pratica ato de que resulta aumento de despesa com pessoal, expedido a cem (100) dias antes do final de seu mandato, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:
- (A) o ato é simplesmente irregular, podendo ser convalidado.
 - (B) o ato é nulo de pleno direito.
 - (C) o ato constitui nulidade relativa, podendo ser convalidado.
 - (D) o ato é anulável, poderá ser convalidado, mas a conduta da autoridade será considerada ato de improbidade administrativa, com as sanções previstas na respectiva lei especial.
 - (E) o ato é lícito, porquanto a lei somente vedaria a conduta caso praticada nos noventa (90) dias anteriores ao final do mandato.

103) Na repartição dos limites globais de despesa total com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal assim dispõe quanto à esfera estadual:

- (A) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, 2% (dois por cento) para o Tribunal de Contas, 5% (cinco por cento) para o Poder Judiciário, 48% (quarenta e oito por cento) para o Poder Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público.
- (B) 10% (dez por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 10% (dez por cento) para o Poder Judiciário, incluído o Ministério Público dos Estados, e 40% (quarenta por cento) para o Poder Executivo.
- (C) 5% (cinco por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, e 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo, incluído o Ministério Público dos Estados.
- (D) 5% (cinco por cento) para o Poder Legislativo, 1% (um por cento) para o Tribunal de Contas, 5% (cinco por cento) para o Poder Judiciário, 48% (quarenta e oito por cento) para o Poder Executivo e 1% (um por cento) para o Ministério Público.
- (E) 3% (três por cento) para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, 49% (quarenta e nove por cento) para o Poder Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público do Estado.

104) As afirmativas a seguir dizem respeito a infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, dispostas na Lei n.º 10.028/2000.

- I- A prática de infração administrativa é punida com multa de até o décuplo dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa.
- II- Constitui infração administrativa propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III- Constitui infração administrativa deixar de enviar ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidas em lei.
- IV- Constitui infração administrativa deixar de enviar ao Tribunal de Contas o relatório resumido de execução orçamentária, nos prazos e condições estabelecidas em lei.
- V- A infração administrativa disposta na Lei n.º 10.028/2000 é processada e julgada pelo Tribunal de Contas a quem competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II, IV e V.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas II e IV.

- 105) Acerca dos incidentes processuais previstos regimentalmente no âmbito do TCE-MT, é correto afirmar que
- (A) o incidente de constitucionalidade, depois de notificado o responsável e diante da permanência da inconstitucionalidade, é julgado monocraticamente pelo Conselheiro relator, que poderá deixar de aplicar a norma em questão.
 - (B) o prejudicado pode advir de pronunciamento de órgão fracionário do Tribunal sobre interpretação de norma jurídica, a requerimento de qualquer membro do Ministério Público à Corte.
 - (C) o prejudicado pode ser constituído, por declaração do Pleno, pela reiteração de deliberações por mais de 6 (seis) vezes, em processos de idêntica natureza e sobre a mesma matéria.
 - (D) a súmula é constituída pela totalidade dos prejudicados, descabendo ao Ministério Público no Tribunal a proposta de cancelamento ou revisão de seus enunciados.
 - (E) a súmula é constituída somente por incidente de uniformização de jurisprudência, que não pode ser instaurado de ofício, dependendo de pedido da parte interessada e da anuência do Ministério Público à Corte.
- 106) Acerca das competências do TCE-MT, é correto afirmar que, dentre elas, se encontra
- (A) a de fiscalizar (sem poder julgar), apenas com repercussão nas contas do gestor da entidade repassante, a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
 - (B) a de julgar (sem poder fiscalizar), apenas com subsídio da fiscalização efetuada pelo sistema de controle interno, a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
 - (C) a de fiscalizar e julgar a aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município a organizações não-governamentais que prestem serviço público.
 - (D) a de fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos recebidos por organizações não-governamentais que prestem algum serviço público
 - (E) a de fiscalizar e julgar a aplicação de quaisquer recursos recebidos por organizações não-governamentais que utilizem serviço público

- 107) Acerca das decisões do TCE-MT em prestações ou tomadas de contas, é correto afirmar que
- (A) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação plena ao responsável só se dará quando da análise do exercício subsequente.
 - (B) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação plena ao responsável se dará de imediato.
 - (C) julgadas regulares as contas de um exercício, a quitação parcial ao responsável só se dará na análise do exercício subsequente.
 - (D) julgadas irregulares as contas de um exercício, havendo débito, seu recolhimento implica a inexigibilidade da multa eventualmente aplicada.
 - (E) julgadas irregulares as contas de um exercício, havendo débito, seu recolhimento possibilita redução do valor da multa eventualmente aplicada.
- 108) Acerca das sanções e medidas cautelares da competência do TCE-MT, é correto afirmar que
- (A) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos não exclui a possibilidade da condenação ao pagamento de multa.
 - (B) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos e a condenação ao pagamento de multa são mutuamente excludentes.
 - (C) a condenação ao ressarcimento de valores aos cofres públicos implica necessariamente a condenação ao pagamento de multa de valor igual ao débito.
 - (D) a medida cautelar de indisponibilidade de bens pressupõe condenação transitada em julgada ao ressarcimento de valores aos cofres públicos e ao pagamento de multa.
 - (E) a medida cautelar de indisponibilidade de bens pressupõe julgamento definitivo por contas irregulares e insucesso na cobrança do ressarcimento de valores aos cofres públicos.
- 109) Acerca do Ministério Público junto ao TCE-MT, é correto afirmar que
- (A) o Procurador-Chefe será escolhido e nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em votação dos Procuradores.
 - (B) o Procurador-Chefe será escolhido e nomeado pelo Presidente do Tribunal, dentre todos os Procuradores da Instituição.
 - (C) em caso de impedimento do Procurador-Chefe, o Presidente do Tribunal designará seu substituto.
 - (D) o Procurador-Chefe será eleito entre seus pares e tomará posse em sessão ordinária do Tribunal Pleno.
 - (E) em caso de impedimento do Procurador-Chefe, assumirá o Procurador mais antigo no cargo.

- 110) Acerca das regras éticas de conduta dos membros do TCE-MT, é correto afirmar que dentre as sanções previstas por suas violações se encontra a de
- (A) admoestação verbal em sessão administrativa.
 - (B) advertência por escrito em memorando circular aos Conselheiros.
 - (C) suspensão do exercício do cargo por até 90 (noventa) dias.
 - (D) perda do cargo.
 - (E) censura ética em publicação oficial.